

Senado adia para hoje ampliação da isenção do IR

Medida deve ser votada na CAE e depois no plenário

Por Gabriela Gallo

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado Federal votará, nesta quarta-feira (5) o projeto de lei que amplia a isenção do pagamento do Imposto de Renda (IR) para os beneficiários que ganham até R\$ 5 mil mensais (PL 1087/2025).

Inicialmente, o projeto seria votado na comissão nesta terça-feira (4), data em que foi entregue o relatório do senador Renan Calheiros (MDB-AL), que também é o presidente da CAE. Mas após pedido de vista coletiva (mais tempo para análise), a votação fora adiada. A previsão é que o PL seja votado, à partir das 10h na CAE e, uma vez aprovado, seguirá para ser apreciado no plenário do Senado no mesmo dia, no período da tarde.

Além da isenção total do pagamento do Imposto de Renda, o PL 1087/2025 ainda determina a isenção parcial do pagamento do tributo para os contribuintes que ganham entre R\$ 5.001 e R\$ 7.350 – quem recebe acima desse valor seguirá tendo a cobrança de 27,5% já aplicada no IR.

Para compensar a falta de arrecadação, o projeto institui uma tributação mínima para contribuintes que arrecadem uma renda anual superior a R\$ 600 mil, o equivalente a R\$ 50 mil por mês. Será uma alíquota progressiva que começará em zero para rendas de R\$ 600.000,00 e atingirá o teto de 10% para rendas iguais ou superiores a R\$ 1.200.000,00 anuais.

De acordo com o especialista em Direito Constitucional Ricardo Facundo, em en-



Renan quer evitar retorno do projeto à Câmara

trevista ao Correio da Manhã, o PL ainda tem um “terceiro pilar”, que se trata da “instituição de uma alíquota de 10% de Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre lucros e dividendos remetidos para o exterior”. O relatório esclarece que esta regra é ampla, aplicando-se a beneficiários pessoas físicas ou jurídicas, sem piso ou teto”, afirmou.

Articulação

Promessa de campanha do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), o governo articula para aprovar as novas regras para o tributo o quanto antes, para que as mudanças passem a valer a partir de 2026. Diante disso, Renan Calheiros já manifestara anteriormente que busca evitar que o projeto de lei retorne para a Câmara dos Deputados – que, segundo ele, tem usado a proposta “como refém” para negociar interesses da oposição.

“Para compensar a perda de

arrecadação causada pela isenção do IRPF, o governo e o relator no Senado estão negociando medidas compensatórias. A principal medida discutida é justamente o aumento da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) das Fintechs [empresas que unem finanças e tecnologia, voltadas para o setor financeiro], equiparando a alíquota às bancos tradicionais, que é mais alta. Portanto, o projeto principal é o da Renda (PL 1087/2025), e a taxação das fintechs entra como uma das fontes de receita para viabilizar financeiramente o projeto”, detalhou para a reportagem, o especialista em Direito Constitucional.

Questionado pela reportagem, o advogado apontou que “o motivo técnico para o adiamento da votação na CAE é a necessidade de mais tempo para negociação e articulação política”.

“O relator optou por manter o texto principal exatamen-

te como veio da Câmara dos Deputados. Esta é uma manobra técnica para acelerar a tramitação: se o Senado aprovar o texto sem mudanças, ele segue direto para a sanção presidencial, sem precisar voltar para a Câmara. No entanto, essa decisão gerou atrito, pois diversos senadores queriam fazer alterações no texto (emendas). O adiamento por 24 horas serve para que o relator e o governo negoiciem com os senadores a manutenção do texto-base, possivelmente garantindo acordos sobre as medidas compensatórias (como a das Fintechs e a taxação de apostas esportivas, ‘bets’), ponderou Ricardo Facundo.

Ele ainda completou que, para resolver eventuais problemas e “aprimoramentos” para a medida, e que não foram propostos em primeiro momento para o PL não retornar para a Câmara, “o relator propõe um passo subsequente: aprovar um outro projeto de lei”.

Câmara aprova projeto que amplia licença-paternidade

Por Gabriela Gallo

O plenário da Câmara dos Deputados aprovou, nesta terça-feira (4), o projeto de Lei que aumenta gradualmente a licença-paternidade para até 20 dias (PL 3935/2008). Atualmente, a licença é de apenas cinco dias. O texto substitutivo do relator na Câmara, deputado Pedro Campos (PSB-PB), retorna para ser analisado novamente no Senado Federal.

A transição ocorrerá gradualmente em até três anos, sendo: dez dias de licença em 2027, 15 dias em 2028 e, finalmente, 20 dias em 2029. Em casos de crianças recém-nascidas ou crianças ou adolescentes adotados que tenham algum tipo de deficiência, a licença aumentará em 1/3 (o que totalizará 27 dias ao final da transição). Além disso, em caso de falecimento da mãe, o texto equipara ao mesmo período concedido para a licença-maternidade, 120 dias.

Durante a sessão na Câmara, o relator da proposta ressaltou a importância da ampliação da licença-paternidade, não apenas para os pais, mas também para não sobrecarregar as mães e garantir um maior vínculo com os filhos. “Durante décadas, o Direito do Trabalho brasileiro reconheceu essa necessidade apenas pela perspectiva materna. A licença-maternidade representou um avanço civilizatório, mas a paternidade



Segundo o texto de Campos, ampliação será gradual

permaneceu à margem, como se o cuidado fosse uma atribuição exclusiva da mulher. Essa assimetria repercute não apenas na sobrecarga das mães, mas também na ausência paterna em um dos períodos mais decisivos da vida da criança”, defendeu Pedro Campos.

O presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), classificou a aprovação da proposta como uma conquista para pais, mães e as próprias crianças. “Com uma paternidade maisativa, até o retorno das mães para o trabalho se torna mais tranquilo. Estamos falando de ganhos

para todos os lados e relações”, ele ressaltou.

Mudanças

Inicialmente, Pedro Campos propôs um total de 30 dias de licença-paternidade após a transição de cinco anos. Contudo, as negociações feitas no plenário da Câmara resultaram em um período menor para os pais acompanharem os primeiros dias de nascimento dos filhos, sob a justificativa de dificuldades fiscais da Previdência. Isso porque o impacto de despesas com a mudança e perda de receitas previsto é de R\$ 4,34 bilhões em 2027, quando

a licença será de 10 dias. Esse impacto chegaria a R\$ 11,87 bilhões em 2030, se a licença fosse de 30 dias.

A medida ainda altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para trabalhadores com carteira assinada e determina que, implementada a licença, a Previdência Social terá de pagar um salário-paternidade. A empresa empregadora deverá pagar o valor ao empregado e compensar com os valores de contribuições sobre a folha devidas ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

O salário-paternidade e o salário-maternidade poderão ser recebidos simultaneamente em relação a nascimento, adoção ou guarda judicial para fins de adoção de uma mesma criança ou adolescente para um mesmo casal.

O projeto ainda proíbe a demissão sem justa causa do trabalhador durante a licença, extendendo-se essa proibição até um mês depois do término da licença.

Em caso de um empregado que for demitido antes de usufruir a licença, caso ele informe a futura paternidade ao empregador, será paga uma indenização de dois meses de salário.

Para fins previdenciários (aposentadoria), o salário-paternidade será considerado como salário de contribuição, contando como tempo e valor para os cálculos.

CORREIO BASTIDORES

POR FERNANDO MOLICA

Ricardo Stuckert/PR



No Pará, presidente chamou operação de “matança”

Nova fala de Lula anima direita e assusta esquerda

Ao classificar de “matança” a operação policial que deixou 121 mortos no Rio, Lula (PT) animou a direita e preocupou a esquerda.

O líder do PL na Câmara, Sóstenes Cavalcante (RJ), disse que o presidente “saiu do armário” e, no X, chamou o PT de “Partido dos Traficantes” — na véspera, a Justiça determinara que o deputado Nikolas Ferreira (PL-MG) retirasse

a expressão de suas redes sociais.

A esquerda evita críticas públicas ao presidente, mas, nos bastidores, muitos lamentaram a fala, ainda que concordassem com ela.

A avaliação é de que Lula, depois de chamar traficantes de vítimas de usuários, deu mais munição para seus críticos. Poderia ter criticado a operação, mas com mais cuidado.

Esperança

Há entre lulistas radicais a esperança de que o presidente tenha informações que comprometam de maneira clara a atuação da polícia fluminense. Mas, mesmo assim, dizem, o apoio da maioria da população ao ataque nas favelas exigiria prudência.

Expectativa

A eleição do senador Fabiano Contarato (PT-ES) para presidir a CPI do Crime Organizado foi comemorada no Planalto. Mas o governo sabe que deverá enfrentar muitas dificuldades. Pior: teme que o novo fôlego da direita gere derrotas em outros temas na Câmara.



Ação contra Comando Vermelho gerou 37 prisões

Governo quer que operação na Bahia seja exemplo

O Planalto quer usar a operação contra o Comando Vermelho ontem, na Bahia e Ceará — governados por petistas — como contraponto à que ocorreu no Rio. Houve 37 prisões e uma morte.

O bloqueio de 51 contas bancárias solicitado pelos investigadores e concedido pela Justiça mostraria preocupação com a ne-

cessidade de quebra da estrutura financeira das organizações criminosas. O que complica a intenção do governo é que, nos últimos anos, a polícia baiana tem sido a mais violenta do Brasil: no ano passado, matou 1.557 pessoas. Em termos relativos, só ficou atrás da do Amapá. O PT governa o estado desde 2007.

Em todas

Ao filiar Mateus Simões, vice-governador de Minas, ao seu PSD, o presidente/dono do partido, Gilberto Kassab, atingiu uma marca impressionante: tem ministros no governo Lula e participa das administrações de Tarcísio Padilha, em São Paulo, e da do mineiro Romeu Zema.

Por fora

Em Minas, o MDB correu por fora e filiou o ex-presidente da Câmara de Belo Horizonte, Gabriel Azevedo. Terceiro colocado na disputa pela prefeitura da capital, ele será candidato ao governo, concorrerá com Simões e com o senador Cleitinho (Republicanos).

Como tem Zé...

Lançada em 1962 por Jackson do Pandeiro, a música “Como tem Zé na Paraíba” ainda se revela atual. O estado é, percentualmente, o terceiro do país em quantidade proporcional de homens com o nome de José (fica atrás de Alagoas e Sergipe). Jackson também era José.

Nomes e moda

Baseado em censos realizados desde 1940, o IBGE revelou que José foram diminuindo: entre os nascidos entre 2010 e 2019, eles ficam em 11º lugar, atrás do italiano Enzo. Já Maria continua imbatível. Associados a brincadeiras, Raimunda e Mário foram sendo abandonados.